

Onze famílias indígenas vivem na área

Próximo à cerca que divide o Cerrado entre o parque e o trecho que abrigará o Noroeste, há outro problema a ser resolvido antes da criação do novo bairro. São pelo menos 11 famílias de invasores indígenas, das etnias Guajajara, Fulni-ô, Tuxá, Pankararú e Kariri-Xocó. Nas imediações de uma das casas, cercas de arame e placas indicam que se trata de zona destinada aos índios. "Parque Indígena Bananal. Santuário Sagrado dos Pajés. Diretor Santxiê Tapuya. Proibido entrada", diz uma delas, que guarda a casa de Márcia Guajajara, 30 anos. "Daqui, nós só sairemos mortos", avisa a maranhense de Barra do Corda. Ela mora na mesma casa há oito anos com marido, filhos, cunhados, sobrinhos. Sobrevive da venda de artesanato produzido com as sementes recebidas de parentes que ainda se mantêm na tribo que deixou. "Vim pelo mesmo motivo do povo branco. Eles não andam atrás de serviço?", questiona.

Para a Secretaria de Meio Ambiente, a recuperação do parque não será um empecilho à construção do setor Noroeste. "Não acho necessário condicionar o projeto do bairro à recuperação e preservação daquela área", diz a secretária Vandercy Camargos. Há um mês, 80 servidores do GDF trabalham na lim-

Fotos: Paulo H. Carvalho/CB



ÍNDIOS VIVEM NO LOCAL, MAS FUNAI DIZ QUE A OCUPAÇÃO NÃO É LEGAL PORQUE NÃO SE TRATA DE TERRA INDÍGENA

peza e recuperação de áreas degradadas. Vandercy afirma que a polícia florestal também reforçou a segurança no parque para evitar o depósito de lixo. Depois de concluída a etapa de coleta de lixo, a Semarh deve recolocar as cercas roubadas e solucionar a pendência no re-

gistro do Burle Marx, segundo informou a secretária.

"No dia que me mandarem sair, vou chorar muito", diz Edinalva Cavalcante, 34 anos, da etnia Kariri-Xocó, que trabalha como diarista. Edinalva chegou com sua mãe há 30 anos. "Aqui ela plantou café, man-

dioca, pinha, banana, maracujá. É muito triste pensar que sairemos daqui", conta. Hoje a diarista cria duas filhas e divide a pequena chácara com parentes. Mas a Funai garante que a ocupação não tem qualquer respaldo legal, porque não se trata de terra indígena.